

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.305 - MA (2020/0020243-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JULLY HALLY ALVES DE MENEZES**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO EDISON VASCONCELOS JUNIOR - MA018023**  
**Christian Silva de Brito - MA016919**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por JULLY HALLY ALVES DE MENEZES, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA BLOQUEIO DOS BENS POSSIBILIDADE  
IMPENHORABILIDADE VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 7º da Lei 8.429/92, no que concerne à inviabilidade da indisponibilidade dos bens da recorrente, trazendo os seguintes argumentos:

É indiscutível que inexistiu o enriquecimento ilícito por parte da Recorrente, tendo em vista que, ela recebeu as verbas por contraprestação de seus serviços prestados como médica no Município de Arame/MA. Além do mais, inexistiu também a lesão ao Erário Municipal, isso devidamente comprovado nos autos. (fls. 415).

[...] (fls. 415).

Sendo assim Excelências, percebe-se que os Ilustríssimos Desembargadores da Primeira Câmara Cível, não respeitaram a legalidade e muito menos literalidade da Lei, como descrito no Art. 7º da Lei 8.429/92, que, exige, para que seja deferida a indisponibilidade de bens, a presença de lesão ao Erário ou o enriquecimento ilícito por parte do agente. Algo que, como já demonstrado anteriormente não ocorreu. (fls. 416).

[...] (fls. 416).

Ou seja, acaso mantida os efeitos da Decisão Recorrida, que deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a indisponibilidade nos bens não impenhoráveis. Veja bem, a manutenção desses efeitos deve ser entendida como uma verdadeira antecipação do mérito da ação de improbidade administrativa, na medida em que será mantido o entendimento da presença da fumaça do bom direito consubstanciada na existência de indícios de danos ao erário, que são meramente presumidos ou hipotéticos, consoante afirmação do Min. LUIZ FUX, hoje membro do SUPREMO

TRIBUNAL FEDERAL. (fls. 416).

Destarte, não se encontra demonstrado, na hipótese dos autos, o primeiro requisito do fumus boni iuris, "visto que para sua configuração não basta o simples temor objetivo desacompanhado de razões concretas". (fls. 416).

Quanto à **segunda controvérsia**, foi interposto recurso também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Ao analisar estes balizamentos e numa visão ainda sumária, não verifico as condições autorizadoras para suspensão da decisão liminar, como pretende a recorrente.

No meu entendimento, não está presente o fumus boni iuris posto que a determinação de indisponibilidade de bens e quebra de sigilo bancário tem a finalidade de resguardar a utilidade do futuro juízo de mérito da demanda, onde se busca apurar sérios indícios de prática de atos de improbidade que causam danos ao erário e enriquecimento ilícito, dentre eles desvio de verbas, burla à licitação e ofensa a princípios da Administração Pública.

Cabe asseverar, por oportuno que, em análise de cognição sumária dos autos não é possível se verificar sequer o periculum in mora em favor da agravante, pois não foi por ela demonstrado em que ponto a decretação da indisponibilidade de bem e a quebra de sigilo bancário e fiscal estaria lhes causando danos, já que tal medida não a impede de usar e gozar dos bens tornados indisponíveis. Ademais, na decisão de primeiro grau foi destacado que o limite de indisponibilidade se refere aos dois contratos administrativos mencionados na decisão no valor de R\$ 225.120,00 (duzentos e vinte e cinco mil cento e vinte reais) (fl. 323).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos

# *Superior Tribunal de Justiça*

EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente